

# **O "lazer liberta": os paradoxos do turismo e suas relações com a Antropologia nos Engenhos de Farinha em Santa Catarina - Brasil<sup>1</sup>**

**Luciano von der Goltz Vianna (UFSC/Santa catarina)**

**Palavras-chave:** Lazer, Teoria do Turismo, TBC

## **Resumo**

A presente pesquisa, em fase de construção, visa entender como o Turismo de Base Comunitária (TBC), pensado no contexto da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha (RCEF), permite compreender as inter-relações entre lazer, trabalho, hospitalidade e mobilidade com as discussões epistemológicas nas áreas do Turismo e da Antropologia. Na busca por alcançar esse objetivo mais geral, será produzido, no âmbito do NAUI Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural UFSC/CNPq (NAUI), um dossiê necessário para a obtenção do Registro de Patrimônio Cultural dos Engenhos de Farinha junto ao IPHAN, assim como será feita uma ampla revisão bibliográfica e uma pesquisa documental sobre as temáticas acima citadas. A expectativa com essa pesquisa é contribuir para um debate mais amplo e teórico que parte de discussões lançadas em minha tese e dissertação (VIANNA, 2013 e 2018) e que vão ao encontro de paradoxos e dilemas observados nos debates produzidos no Turismo (como por exemplo, as controvérsias sobre a definição de Turismo e sobre o conceito de autenticidade no TBC). A escolha do objeto de pesquisa é um campo privilegiado para se avançar nos atuais debates sobre os fenômenos contemporâneos relacionados aos campos de pesquisa dos espaços urbanos e transnacionais; da cultura local, nação e processos de globalização; dos deslocamentos, migrações e diásporas e dos processos de patrimonialização, de mobilidade e do lazer. Assim como é um campo de observação pertinente para refletir sobre os paradoxos epistêmicos clássicos encontrados nas mais diversas pesquisas nas áreas do Turismo e da Antropologia.

## **Introdução**

A presente pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado "Saberes e Práticas Tradicionais Associadas aos Engenhos de Farinha de Santa Catarina", coordenado pelo professora Alicia Castells, no âmbito do NAUI - Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural UFSC/CNPq. Atualmente, o nível de complexidade que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

alcançou esse projeto tem exigido discussões e teorias que tangenciam os debates em torno de algumas obras como por exemplo a de John Urry (1996). A complexidade aqui é decorrente da escala e extensão das práticas, saberes e fazeres relacionados à mandioca no litoral do estado de Santa Catarina. Atualmente, a pesquisa envolve diversos territórios, etnias, grupos e classes sociais, faixas etárias e questões econômicas e políticas entre os diversos coletivos que produziram e/ou utilizaram a mandioca em seus contextos. Espera-se que as abordagens citadas nesse artigo possam elucidar os meandros dessa complexidade e que possam ajudar a compreender a escala e profundidade dos problemas decorrentes do objetivo de produzir um dossiê sobre saberes e fazeres relacionados a produção de farinha de mandioca no litoral de Santa Catarina. Refletir sobre as complexidades inerentes ao Turismo, e mais especificamente ao Turismo de Base Comunitária (TBC), pode auxiliar não somente na compreensão desses fenômenos no contexto de debates teóricos da área, mas também na amarração descritiva e conceitual necessária para a interpretação e análise da complexidade que envolve tal projeto (a qual o presente artigo não poderá abordar em maior densidade por conta do espaço reduzido).

O contexto geral dessa complexidade ocorre na intersecção entre o processo de salvaguarda do patrimônio imaterial relacionados ao processo de cultivo e domesticação da mandioca, dos saberes e fazeres sobre a construção de engenhos de farinha de mandioca e seus maquinários, ferramentas e utilitários para a produção da mesma e as demais dimensões culturais (religião, lazer, parentesco, socialidade...) que estão vinculadas a universo social e cosmológico da mandioca (além das diversas entidades, organizações e instituições da sociedade civil e do Estado que são parceiras nesse processo de patrimonialização). Esse universo envolve principalmente comunidades indígenas Guarani (as quais, no contexto do litoral catarinense, são as detentoras dos conhecimentos ancestrais sobre os processos de domesticação, cultivo e produção de produtos alimentícios derivados dessa raiz), as comunidade negras e quilombolas (as quais por sua vez, detêm os conhecimentos sobre todas as etapas do processo de construção dos engenhos e da produção de farinha de mandioca) e os descendentes de imigrantes portugueses açorianos (os quais detêm os conhecimentos e as propriedades, onde se encontram atualmente engenhos em funcionamento ou em ruínas, e que se organizaram em torno da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha). Em ambos três contextos, indígena, quilombola e açoriano, há interesse ou mesmo organização

comunitária para o TBC ou práticas de Turismo em torno dos engenhos. Contudo, o processo e o interesse na salvaguarda do patrimônio atrelado ao universo da mandioca não está apenas direcionado ao turismo ou a exposição do mesmo para futuras gerações, mas também há interesse na retomada e/ou regularização da produção de farinha de mandioca entre os quilombolas e açorianos, principalmente. As comunidades Guarani que participam da pesquisa já estão com projetos em andamento de TBC onde as roças de mandioca e os alimentos vinculados a ela fazem parte dos roteiros turísticos guiados.

Diante da descrição e análise realizada até o momento sobre esses contextos de pesquisa em construção, gostaria aqui de levantar (a partir de leituras da bibliografia sobre os temas) dilemas e paradoxos gerados nos debates sobre a natureza dos fenômenos do turismo na modernidade e suas complexidades os quais nos remete a pensar sobre comensurabilidade, objetividade e plausibilidade do conhecimento produzido a partir das experiências e realidades observadas nesse mesmo universo. Pretende-se aqui produzir uma discussão a partir de paradoxos, como por exemplo, a estranha relação entre visitantes e visitados, na qual turistas viajam em busca de lazer, visitando espaços marcados pelo trabalho e encontram visitados que oferecem, como atrativo turístico, um ambiente de mesma natureza no qual os visitantes buscam se afastar durante suas férias, ou seja, um ambiente laboral no qual gerações passadas de suas famílias trabalhavam, ou ainda trabalham. Além disso, os visitados oferecem aos visitantes a si mesmos e seu estilo de vida, como atração turística, situação na qual uma série de problemas e questões são geradas, e que serão desenvolvidas mais adiante. Diante desses paradoxos, pergunto: se é o lazer que liberta da servidão do trabalho moderno (BOÉTIE, 1982) e é o trabalho que, por sua vez, liberta para o lazer (DUMAZEDIER, 1999; ELIAS, DUNNING, 1992; HUIZINGA, 1999), porque trabalhadores (agora no papel de turistas e visitantes) iriam visitar espaços de trabalho, observando como era ou é o trabalho de outras pessoas, em seu momento de lazer<sup>2</sup>?

---

<sup>2</sup> O presente título do projeto faz referência a frase "Arbeit macht frei" (o trabalho liberta) utilizada nos portões de entrada dos campos de concentração. A expressão é originada no século XIX e foi amplamente utilizada pelo regime nazista. Diversas e amplas ramificações podem ser pensadas a partir da Filosofia e da Ciências Sociais quando produzimos essa inversão da expressão. A lógica do valor-trabalho, que liberta e dignifica no modelo de exploração e produção capitalista, pode ser pensada para o lazer como um antônimo complementar, através da dualidade alienação versus conscientização, no qual o lazer teria os mesmos papéis e funcionalidades.

## **Contextos, objeto e objetivos**

Essa pesquisa tem como objetivo central compreender tanto os problemas, dilemas e impactos quanto as potencialidades e benefícios gerados em um processo de construção e implementação do TBC nos contextos de pesquisa aqui descritos. O TBC emerge e é resultado de diversos fenômenos e processos característicos da modernidade. A criação dos Estados Nacionais, a Revolução Francesa e Industrial, a consolidação das democracias e da cidadania como principal mecanismo regulador entre sociedade civil e Estado, (onde a globalização e o neoliberalismo são fenômenos causa/efeito desses contextos históricos) permite a construção do Estado de Bem-estar Social (MARSHALL, 2002). Direitos sociais, políticos e civis são conquistados, dentre eles direitos trabalhistas que incluem férias, décimo terceiro e uma jornada de 8 horas de trabalho (CAMARGO, 1998; STEIL, 2002). A melhoria das condições financeiras da população, o investimento estatal em infraestrutura rodoviária e ferroviária e o "surgimento" do tempo livre e do tempo do lazer (CORBIN, 2001; KRIPPENDORF, 2009; DUMAZEDIER, 1999) geraram o fenômeno do deslocamento sazonal em massa. Essa demanda tornou necessária a construção de uma infra-estrutura de lazer homogeneizada e com enorme impacto social e ambiental, caracterizando esse tipo de turismo como um modelo exploratório, precarizante e predatório de lazer (OURIQUES, 2007; BARRETTO, 2003 e 2004; BENI, 2003). O TBC surge como reação de oposição a esse modelo, assim como outros segmentos turísticos que questionam a lógica do turismo de massa. Novos mercados emergem após o declínio do modelo fordista de produção, onde a diversificação, personalização e variabilidade de mercados de nicho construíram um modelo de acumulação de capital flexível (gerado tanto por políticas econômicas como a keynesiana quanto por modelos de produção como o toyotismo). A demanda turística torna-se assim, mais exigente, buscando locais turísticos exclusivos e autênticos (GONÇALVES, 1988).

A Rede Catarinense de Engenhos de Farinha (RCEF) tem como um de seus desafios compor em sua rede um circuito de TBC. Em maio de 2019 os proponentes da Rede encaminharam o pedido formal do Registro de Patrimônio e salvaguarda para o IPHAN, o qual por sua vez, solicitou auxílio para o NAUI/UFSC no intuito de cooperação conjunta na produção do Dossiê de documentos necessário para o Registro. Foi feita uma análise da documentação elaborada pelos proponentes: Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), a Associação Comunitária Rural de

Imbituba (ACORDI), a Associação dos Moradores de Santo Antônio de Lisboa (AMSAL), o Instituto Boimamão Preservação e Fomento da Cultura, o Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/SecArt/UFSC). A pesquisa de campo se inicia em diferentes pontos de cultura, engenhos do litoral de Santa Catarina, comunidades indígenas e um quilombo, assim como foram realizadas diversas entrevistas com membros e integrantes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola em Santa Catarina (CIDASC), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e da Fundação Municipal de Meio Ambiente (FLORAM). Foram realizadas pesquisas em acervo no MARquE/UFSC - Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC - Osvaldo Rodrigues Cabral, na Casa da Memória - Centro de Documentação e Pesquisa em Florianópolis e no Acervo “Caruso” de Folclore Catarinense (online).

O contexto histórico é aqui bastante singular ao litoral catarinense. Os engenhos de farinha de mandioca nessa região surgem com a vinda de imigrantes açorianos para o Brasil e como uma substituição do trigo, reproduzindo e adaptando o modelo de produção alimentar de subsistência praticado nos Açores (CASTELLANO, 2015; ANDERMANN, 1997; PEREIRA, 1993). Dada a impossibilidade do cultivo do trigo nos locais onde os imigrantes foram alocados, o cultivo da mandioca feito por povos indígenas nativos da região foi apropriado pelos açorianos e adaptado às necessidades dos mesmos (MILHEIRA; DEBLASIS, 2011). Durante 200 anos, e seguindo um modelo de produção que buscava a sistematicidade e a otimização dos resultados, próprios do modelo econômico capitalista, os engenhos alcançaram alta produtividade de tal maneira que constituíram o principal produto da região, sendo enviado para diversos locais do país e servindo como principal meio de subsistência para as comunidades que viviam dos engenhos. Com a industrialização, a qual se estabeleceu tardiamente, os engenhos vão aos poucos perdendo sua relevância econômica, apesar das farinhadas artesanais continuarem sendo realizadas em diversos dos "Engenhos vivos" (LEIROZA, 2015). A importância dos engenhos pode ser vista como um dos pilares de identificação da cultura açoriana hoje no Estado de Santa Catarina, tornando-se um símbolo da cultura catarinense. Para além de um produto de subsistência, que veio substituir a farinha de trigo, a produção de farinha de mandioca proporcionou relações sociais e práticas culturais especificamente ligadas aos engenhos. Formas de passar o tempo e apressar o trabalho eram feitas através de cantos, danças e

jogos (ANDERMANN, 1997). O açorianismo surge nesse contexto como uma reconstituição de traços e aspectos ressignificados (DE CERTEAU, 1994), atualizados aos contextos da modernidade os quais são utilizados como narrativa que legitima a ocupação do território (LEIROZA, 2015). Nas narrativas presentes nos trabalhos empíricos (DENARDIN; KOMARCHESKI, 2015; CASTELLANO, 2015), podemos perceber a lógica do pioneirismo colonizador, e como ela auxilia na promoção de um produto cultural "autêntico", apresentado como espetáculo aos olhos dos turistas que porventura possam desejar expandir seus interesses para além do típico turismo de massa da região; ou da farinha de mandioca (assim como a renda de bilro e a cachaça) como produto étnico e souvenir a ser consumido, tratados como produtos exóticos, exclusivos, étnicos ou como parte da experiência gastronômica da região (CARRELAS, 2022).

Tendo em mente esse breve histórico, pretendo analisar nessa pesquisa as definições de turismo cultural e rural e o TBC no bojo de debates epistemológicos e teóricos da Antropologia e do Turismo, além de descrever e analisar como as pesquisas etnográficas têm sido feitas sobre o Turismo na Antropologia e em áreas correlatas ao universo do Turismo. Para isso, irei observar e analisar os caminhos metodológicos e modelos de análise etnográficos utilizados pelas pesquisas em Turismo, Hotelaria e Urbanismo que estejam utilizando o TBC como parte de seu objeto de pesquisa. Portanto, o objeto dessa pesquisa é a constituição do Turismo dentro do campo das ciências humanas, suas controvérsias e temáticas contemporâneas (como por exemplo: nomadismos, fluxos, liquidez e a virada das mobilidades e os debates em torno da obra de John Urry [1996]) na intersecção com aportes teóricos clássicos da Antropologia que permitem interpretar e traduzir os fenômenos ocorridos na discussão sobre implementação do TBC, como nos casos observados empiricamente na cadeia produtiva artesanal e tradicional da mandioca.

### **Discussão teórica**

O TBC está associado ao turismo sustentável, ao modelo de economia solidária e ao desenvolvimento local (MALDONADO, 2009). Para Irving (2009), o TBC é reflexo da reunião de uma série de condições e fatores, dentre elas: enquanto atuação de políticas públicas voltadas ao turismo ela seria uma forma de inclusão social, permitindo o fortalecimento da participação social e da governança democrática e o

maior comprometimento dos turistas com as ideias de responsabilidade social e ambiental. O TBC poderia ser definido principalmente pelas seguintes características: a comunidade local tem o direito de propriedade, direito ao uso e gerenciamento dos recursos utilizados para fins turísticos, tem poder de decisão e direção dos mesmos e deve receber diretamente ou indiretamente os benefícios das operações e empreendimentos turísticos, geradores ou não de receitas, dividendos ou quaisquer privilégios para a comunidade (FABRINO, NASCIMENTO, COSTA, 2016). Um dos principais efeitos da implementação do TBC em comunidades tradicionais é o desenvolvimento comunitário, o fortalecimento das relações de pertencimento identitário e a reagregação dos laços constituintes da etnicidade. Em outras palavras: "o TBC surge em contextos em que as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência ou de agregação, como a luta pela posse da terra, pela conservação dos recursos naturais, pelo direito à educação e saúde, etc." (FABRINO, NASCIMENTO, COSTA, 2016). Contudo, os impactos dos processos da interculturalidade e da "aculturação" na relação com as culturas vindas dos países ou regiões emissores de turistas, os quais muitas vezes já estabelecem historicamente uma relação de colonização com os povos e locais receptores, tendem a reproduzir relações de opressão, exclusão e exploração com as comunidades que implementam o TBC em seus territórios (PANOSSO NETTO, CASTILLO NECHAR, 2014; OURIQUES, 2007; NASH, 1992; GROppo, 2005). Além disso, as comunidades se vêem obrigadas a performar um estilo de vida e uma identidade folclorizada e artificial, a qual supre as expectativas e demandas dos visitantes que constroem seus imaginários baseados em uma visão superficial, ora homogeneizada historicamente, ora estagnada espacialmente sobre a cultura dos visitados, desconsiderando as diferenças e particularidades dos processos históricos de transformações ocorridos pelo contato com outros povos e pela reescrita das narrativas oficiais e míticas que necessitam se adequar ao entendimento (geralmente) simplificante dos visitantes que desejam consumi-las de forma clara e edificante à sua constituição identitária e de personalidade (RICHARDS, 2009). Nisso, apagamentos e invisibilizações, típicos da relação colonial, ocorrem para dar conta da "demanda turística". Além disso, a lógica da hospitalidade entra em conflito com a lógica do mercado. A reciprocidade das trocas simbólicas entre visitantes e visitados é abalada no momento em que relações monetárias se estabelecem. A autenticidade da vida nativa (ideal buscado pelos turistas que buscam viver relações genuinamente calcadas em princípios éticos verdadeiros, transparentes, legítimos e sinceros), depende

de relações onde a contraparte de um serviço oferecido deve ser os próprios sujeitos envolvidos na relação, que os constituem mutuamente (MAUSS, 2003). Com a intermediação monetária nessa relação, a hospitalidade pode estar ameaçada, causando o fim do ciclo dar-receber-retribuir, provocando uma reciprocidade negativa ou uma dádiva agonística (MAUSS, 2003). No caso dos Engenhos de Farinha, a construção dessa narrativa sobre si implica em simplificar ou por vezes apagar relações de apropriação e exploração com outros povos como os indígenas (MILHEIRA; DEBLASIS, 2011), negros africanos (BASTOS, 2013) e os teuto-germânicos, produzindo ruídos na produção da autenticidade cultural da farinha de mandioca por exemplo, a qual, em tese, seria impossível de determinar sua origem, indígena ou açoriana, já que as transformações propiciadas pelos mecanismo de produção foram suficientemente grandes para talvez classificar o modo de produção nos engenhos como um "novo" modo de produzir a farinha (DENARDIN, KOMARCHESKI, 2015), ou mais precisamente, como um híbrido cultural (HALL, 1999). Dessa forma, temos como ponto de partida que a tradição da produção de farinha de mandioca no litoral catarinense se constitui como um patrimônio comunitário já que

"é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza" (MALDONADO, 2009).

Diversas questões epistemológicas estão presentes nas discussões sobre a definição de Turismo, de turista e de hospitalidade, por exemplo (BENI, 2008; CAMARGO, 1998; BENI; MOESCH, 2016; PANOSSO NETTO, CASTILLO NECHAR, 2014; URRY, 1996; KRIPPENDORF, 2009 e JAFARI, 2005). Temas como territorialidade, performatividade, autenticidade, inventividade e etnicidade (KNAFOU, 1999; FRATUCCI, 2014; LITTLE, 2005; GALLOIS, 2004; GRÜNEWALD, 2003; WAGNER, 2010) estão potencialmente presentes no bojo de questões que podem ser suscitadas no processo de registro de Patrimônio Histórico e nas experiências de planejamento e/ou execução do TBC em cada um dos territórios trabalhados nessa pesquisa. Tais temas, por sua vez, estão diretamente ligados aos debates acerca da cientificidade e consolidação do Turismo como área acadêmica, os quais se conectam



(como irei expor mais adiante) com discussões que já vinha realizando em torno dos paradoxos e problemáticas entre etnografia e Antropologia (VIANNA, 2013 e 2018). O lazer como descompressão e como prática compensatória do estresse (STEIL, 2002; CAMARGO, 1998), dos sofrimentos, da fadiga e da carga de trabalho e compromissos da vida moderna; a mobilidade em torno da viagem ou deslocamento sazonal à natureza perdida, externa, oposta e por vezes complementar ao humano e idealizada pelo romantismo (URRY, 1996), na qual os homens podem se deleitar, admirar e contemplar, seja a "obra divina", seja a natureza como paisagem idílica ou bucólica, na qual uma forma de hedonismo pleno seria possível e alcançável em uma dimensão equivalente ao do sagrado (CORBIN, 1989) ou como um "simulacro do real" onde o homem pode viver a fantasia de uma vida idealizada (STEIL, 2002) são elementos e idéias que estão presentes nos contextos dessa pesquisa. Contudo, desejo compreender se os mesmos aspectos e raízes românticas podem ser observadas nos debates em torno do Turismo Rural, ecológico e Cultural, assim como do TBC (FABRINO, NASCIMENTO, COSTA, 2016). Especula-se que a idealização é produzida a partir da noção de autenticidade e do exercício da alteridade no qual o turista se vê ao buscar o consumo do exótico em suas viagens (BARRETTO, 2004). Mais precisamente, buscarei pensar o quanto que o TBC tem talvez levado os coletivos e comunidades em questão a reinventar uma etnicidade perdida (GRÜNEWALD, 2003), que deverá ser produzida como objeto de consumo do turista que a idealiza a partir de seu imaginário (PRONOVOST, 2019) nutrido pela intersecção entre o açorianismo e os contextos coloniais no qual viveram comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas (SILVA, 2016). Assim como, pretendo compreender como uma possível implementação do TBC nesse contexto tem e terá efeitos sobre a (re)construção das identidades que remontam uma ancestralidade vivida em outras temporalidades, possivelmente cíclicas e sincrônicas (em sintonia com outras idealizações da natureza, que acompanhavam os ritmos e sazonalidades dos manejos e cultivos da mandioca, por exemplo) e não lineares e diacrônicas como vivem os descendentes dos proprietários e trabalhadores dos Engenhos, quando os mesmos estavam em plena atividade. Diante dos exemplos mostrados na bibliografia específica do TBC, possivelmente os sujeitos envolvidos também deverão pensar na encenação e dramatização na qual deverão performar esse outro tempo, que aos olhos do turista, irão ser vividos e pensados como um tempo arcaico e congelado em um passado que os constitui, mas que também reforça suas identidades (PRONOVOST, 2019; URRY, 1996). Nesse sentido, Carlos Steil irá afirmar que "o olhar sobre o nativo fica na

superficialidade de uma experiência em que o outro é apenas um espelho no qual o turista reafirma seu código e hierarquia de valores." (STEIL, 2002). Tendo em mente esse "olhar" observado especificamente nesse contexto empírico dos engenhos e pensando nos quatro caracteres do lazer (não-obrigação, hedonismo, individualismo e auto-satisfação), o turista talvez possa compor uma expectativa do encontro com o *outro* enquanto um espetáculo no qual ele não participa, não pertence e é apenas um observador (JORGE DE CARVALHO, 2010; DEBORD, 1991) que se entretém com esse "simulacro do real" de um tempo perdido e arcaico, o qual reforça suas convicções e seus ideais. A expectativa e o imaginário do funcionamento do engenho tal como ocorria há cerca de 150 anos atrás, possivelmente deverá ser suprida e alimentada para um público específico e exclusivo, que talvez tenha o costume de consumir experiências com o exótico ou que seja um aficionado por consumir objetos e souvenirs de culturas distantes e "atrasadas" (do seu ponto de vista etnocêntrico) ou que, tal como no turismo de museus e de patrimônio, busque realizar uma leitura rápida e superficial daquilo que lhe convém e lhe é útil na construção de sua identidade e na busca individual por uma compreensão mais alargada e "diferente" de mundo. A partir dessas questões, que são trazidas aqui de modo resumido, mas que demandam uma interpretação em profundidade, dada a complexidade de escalas, camadas, interfaces e interdisciplinaridades (BENI, MOESCH, 2016) necessárias à compreensão e tradução desses fenômenos a luz de diversas teorias da Filosofia e da Antropologia, objetivo verificar se essas hipóteses de pesquisa são relevantes e plausíveis no contexto desse mesmo debate localizado na literatura especializada, no contexto de patrimonialização e do TBC. Assim como desejo discutir se essas problematizações do TBC ressoam controvérsias e questões epistemológicas das ciências humanas, no momento em que os esforços para pensar o fenômeno do turismo demandam uma revisão epistêmica dos pressupostos e condições de possibilidade para a existência da prática científica nos moldes vigentes e tradicionais. Os desafios e os paradoxos são imensos, vão desde a inviabilidade de uma definição satisfatória e consensual do Turismo e do turista (não apenas no nível acadêmico, mas também institucional e governamental) até os dilemas da inter/trans/multidisciplinaridade necessária para dar conta da incomensurabilidade do fenômeno Turismo no mundo, o qual perpassa, por exemplo, perspectivas sistêmicas, holísticas, fenomenológicas e estruturalistas utilizadas nos trabalhos da área.

## Questões epistemológicas

O ponto central a ser levantado aqui refere-se, portanto, à sugestão e especulação sobre quais efeitos e desdobramentos de perguntas que relacionam mobilidade e lazer às metodologias qualitativas para compreendê-las. Por exemplo, qual tipo de conhecimento teríamos se pusermos em prática uma Antropologia sendo construída à deriva, seguindo os atores, eventos e fenômenos e não mais nos detendo em um grupo e um espaço geograficamente delimitado, ou nem mesmo a uma temática, fenômeno ou categorias de análise que nos guiam previamente a campo? O que aconteceria se praticarmos uma etnografia nômade, não mais circunscrita por um grupo, temática ou local a ser "densamente" descrito, a ser minuciosamente analisado e a ser traduzido como um conhecimento que é geralmente tratado como auto-suficiente? Ou nos contextos e termos desse projeto: como estudar o turista e o nômade com metodologias sedentárias? Como entender a perspectiva e experiência do turista estando orientado por princípios metodológicos que tendem a "recortar" parcialidades do mundo social, a fim de manter algum nível seguro de objetividade e controle sobre a descrição e análise? Como, em uma etnografia pensada em seus moldes "tradicionais" (baseados na delimitação de um *locus*, de um tempo e de um grupo privilegiado, relevante e conveniente ao tipo de conhecimento acadêmico exigido), se poderia compreender a mobilidade, os fluxos, as redes e a desterritorialização (FREIRE-MEDEIROS, LAGES, 2020) estando o(a) pesquisador(a) em um constante esforço para territorializar sua pesquisa em um escopo empírico e teórico que cumpra os requisitos de objetividade, verificabilidade, plausibilidade, comensurabilidade e refutabilidade, próprios de toda atividade acadêmica que vise reproduzir a "ciência normal", ou seja, um paradigma (KUHN, 1998)? E indo além na problematização: a superação da dicotomia nômade *versus* sedentário tem nos conceitos de fluxos, redes e mobilidade um caminho profícuo?

Em outras palavras, a partir das questões levantadas tanto pelos pós-modernos quanto por autores contemporâneos, que tem reaberto antigos paradoxos das ciências humanas (LATOUR, 1994; INGOLD, 2000; VIVEIROS DE CASTRO, 2010), uma imagem do pensamento antropológico está em suspensão para análise, e nessa pesquisa visto dar margem a essas obras, pondo-as à exame. Está em questão novamente a plausibilidade da prática etnográfica em construir um retrato, ou uma reconstituição de uma realidade observada e descrita, por um sujeito considerado isento e imparcial pela comunidade externa e pelas instituições públicas e estatais (atribuição a qual não

somente é dada de acordo com a credibilidade transmitida por esse sujeito que "esteve lá", mas também creditada pelo modelo metodológico malinowskiano, utilizado até hoje, no qual se apregoa a possibilidade de uma recomposição da totalidade do mundo social através de supostas técnicas rigorosas e precisas, as quais dariam legitimidade ao conhecimento ali produzido). Os debates pós-modernos questionam esses pontos, refletindo sobre a autoridade do pesquisador (CLIFFORD, 2011), contudo, o mesmo paradigma malinowskiano continua sendo replicado e ensinado como modelo ideal e como matriz disciplinar para todos neófitos na etnografia utilizarem como instrumento e ferramenta de pesquisa e produzirem suas variações nas mais diversas áreas do conhecimento (INGOLD, 2016).

Nos contextos dessa pesquisa, por exemplo, podemos pensar o quanto o TBC, o turismo rural, cultural, étnico são variações idealizadas tanto das primeiras expedições e viagens dos europeus ao "novo mundo" (que nutrem o imaginário do viajante que busca o exclusivo, o intocado e o exótico, na expectativa de ser uma das únicas pessoas a revelar e descobrir locais e povos isolados, culturas pouco conhecidas e com isso, utilizar essa experiência como capital de distinção social) quanto dos trabalhos de campo na Antropologia, Arqueologia, Geologia e Biologia, por exemplo, no qual o turista irá emular a prática científica a partir da mesma noção de "campo" (PULMAN, 2007). No caso do TBC, por exemplo, esses sujeitos talvez irão realizar uma espécie de etnografia nômade (VIANNA, 2015), ou uma etnografia a jato (RIBEIRO, 2010) transitando por diversos locais que compõem uma rede, como a RCEF, buscando compor registros de suas similitudes por correspondência as suas expectativas e imaginário, por eliminação das idiosincrasias, regionalidades, temporalidades e demais particularidades que diferenciam o Engenho X do Y, e que permitem ao turista retornar ao seu local de origem com uma narrativa coesa e plausível sobre aquilo que aprendeu e viveu no TBC e sobre quem são "eles", os "engenheiros tradicionais de farinha de mandioca" ou "os indígenas originários que cultivavam a autêntica, legítima e genuína mandioca crioula".

Outro ponto pertinente de interconexão entre Turismo e Antropologia pode ser visto nas possíveis semelhanças entre esses tipos de prática do turismo e a prática e formação do antropólogo(a) (WOORTMANN, 1997). O turista parece buscar viver mundos distintos do seu, contemplar espaços (CORBIN, 1989) e os encontros nele ou a alargar sua compreensão de mundo (buscando nisso experiências análogas ao sagrado, realizando em terra a felicidade buscada antes no pós-morte), produzindo uma

revolução interior e transformação do *self* em algum ideal arquetípico, seja ele a do sábio intelectual ou do sujeito cosmopolita cidadão-do-mundo. Estudantes de Antropologia, e de outras áreas que se utilizam da etnografia, por sua vez, parecem buscar individualmente por um tipo de reencantamento do mundo, por um lado romântico e por outro iluminista, no qual o local da cultural é como o El Dourado do viajante, e o *outro* interlocutor de pesquisa é como o bom selvagem do expedicionário (TURNER, ASH, 1991). As imagens se multiplicam nesse quarto de espelhos, no momento em que a etnografia é amplamente utilizada para diversos fins, por diversos meios e partindo dos mais variados pressupostos éticos, teóricos e empíricos.

Portanto, pensando nessas questões, objetivo refletir sobre quais desdobramentos poderiam ocorrer se fosse sugerida a prática de uma etnografia turística ou de um turismo etnográfico. Quais implicações epistemológicas podemos perceber quando abdicamos da delimitação empírica do grupo e da contemporaneidade do encontro com o *outro*? Ou quando abdicarmos da busca pela circunscrição e mapeamento das fronteiras culturais que permitem a descrição coesa não exaustiva de uma totalidade que não tem limites mas que nem por isso deixa de ser tratada como totalidade empírica e por isso inventada nos regimes de convenção e diferenciação cultural, necessárias a interpretação antropológica (WAGNER, 2010)? Quais os paradoxos que surgem quando buscamos transitar nos regimes de mobilidade do viajante (URRY, LARSEN, 2022) e do turista que não consome pacotes turísticos e nem um planejamento rígido de viagem e que se move no terreno turístico sem compromissos e obrigações (cumprindo com a idealização dessa visão funcionalista compensatória originada na dualidade trabalho *versus* lazer), seguindo os fluxos dos encontros, das placas, do clima, das malhas e redes ferroviárias e rodoviárias, que se comporta como um ator-rede (LATOUR, 1994), interagindo com híbridos e não-humanos que o guiam à deriva em seus (des)caminhos? O que poderíamos refletir se pensarmos no turismo como uma educação da atenção (INGOLD, 2016)? Quais bases da matriz disciplinar, que reproduz o padrão epistêmico malinowskiano, seriam questionados se o(a) antropólogo(a) não se detivesse mais em grupos, pessoas e lugares específicos, mas seguisse fluxos, dinâmicas, mobilidades e encontros análogos aos da modalidade de turismo que é objeto dessa pesquisa?

## **Conclusão**

No momento em que mudamos o ponto de vista teórico, novos olhares podem surgir, como por exemplo o olhar dos fenômenos e experiências relacionadas ao deslocamento, a viagem, ao trânsito e a mobilidade aos não-humanos e demais espectros de seres não previstos como tangíveis e objetificáveis pela Ciência convencional mas em estado de transitoriedade e mobilidade pelos mesmos espaços (INGOLD, 2000; VIVEIROS DE CASTRO, 2002; LATOUR, 1994). A partir daí, talvez outras possibilidades de compreensão e interpretação venham à tona, as quais por ora parecem encontrar-se em intensa controvérsia ou desconectados de uma comunicação transdisciplinar. Após algumas leituras preliminares sobre o referencial teórico atual utilizado em áreas como Turismo, Geografia e Urbanismo, especulo que, especificamente, a virada das mobilidades (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020) compõem categorias e conceitos que não só tangenciam teorias holísticas e sistêmicas, mas também escolas teóricas pensadas a partir de grandes divisores constituintes da modernidade, como a dicotomia natureza e cultura. Perceber as interconexões e atravessamentos entre diferentes atores humanos e não-humanos, como a mandioca, turistas, proprietários dos engenhos, agentes estatais, pesquisadores e objetos técnicos utilizados nos engenhos, pode fornecer uma contribuição para o debate teórico de grande valor se associados tanto às questões epistemológicas e metodológicas apresentadas acima.

## **Referências Bibliográficas**

ANDERMANN, Adriane Schroeder. "A gente comia farinha do engenho..." O engenho como espaço de memória. Tradição, folclore, imagens. In: **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 12, n. 25, p. 24-24, 1997.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. In: **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. In: **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003.

BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Orgs.). **História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

BENI, M. C. Como Certificar o Turismo Sustentável? In: **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 5-16, 2003.

BENI, M. C.; MOESCH, M. Do discurso da Ciência do Turismo para a Ciência do Turismo. In: **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 25, p. 9-30, 1 jan. 2016.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2008.

BOÉTIE, Étienne de la. **Discurso da servidão voluntária**, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.

CAMARGO, L. O. de L. Lazer, concepções e significados. In: **LICERE - Revista do Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1998.

CARRELAS, Daniela de Carvalho. **Atrativos turísticos e turismo de base comunitária a partir do lugar: estudo de caso de Florianópolis (Brasil)**. Tese (doutorado) Geografia (especialidade em Estudos da Paisagem). Universidade do Minho, Portugal, 2022

CASTELLANO, Flora de Oliveira. **Território e desenvolvimento rural: O caso dos engenhos de farinha de mandioca do litoral centro-sul de Santa Catarina**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

CORBIN, Alain (org.). **A história dos tempos livres**. Lisboa: Editora Teorema, 2001.

CORBIN, Alain. **Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. ed. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Mobilis in Mobile. 1991.

DENARDIN, Valdir Frigo; KOMARCHESKI, Rosilene (Orgs.). **Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca** / Organizadores: Valdir Frigo Denardin; Rosilene Komarcheski. - Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**, 2a ed., São Paulo: Perspectiva, Col. Debates – 164, 1999.

ELIAS, N. e DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: Uma Reflexão sobre seus Conceitos e Práticas. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172-190, 2016.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, pp.87-96. 2014.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Maurício Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 2020.

GALLOIS, Dominique T. “Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?”. In: RICARDO, Fany (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 37-41. 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GROPPO, Luís Antônio; Candioto, Mario (Orgs.). **Turismo: viajar, incluir e humanizar**. Taubaté: Cabral Editora, 2005.



GRÜNEWALD, R. DE A. Turismo e etnicidade. In: **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, p. 141-159, out. 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**, Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. Perspectiva: São Paulo, 1999.

INGOLD, Tim. “Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia”. In: **Educação** (Porto Alegre), v. 39, n.3, pp. 404-411. 2016.

INGOLD, Tim. **The perception of Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. London, New York: Routledge. 2000.

IRVING, M. ‘Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?’ In: Bartholo R, Sansolo DG & Bursztyn I (eds), **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**, Letra & Imagem, Rio de Janeiro, 2009 pp. 108-121.

JAFARI, J. El Turismo como Disciplina Científica. In: **Política y Sociedad**, 42(1), 2005, p. 39-56.

JORGE DE CARVALHO, José. ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. In: **Revista Antropológicas**, v. 21, n. 1, 2010.

KNAFOU, Remy. “Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Editora Hucitec. 2ª Edição, 1999, pp. 62-74.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEIROZA, Adriane Schroeder Lins. Os engenhos de farinha em Florianópolis: Apontamentos para uma história plural. In: DENARDIN, Valdir Frigo;

KOMARCHESKI, Rosilene (Org.). **Farinheiras do Brasil: Tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca**. Matinhos: UFPR Litoral, 2015, pg. 37-57, Capítulo 2.

LITTLE, Paul Eliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, n. 3. 2005.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. Brasília: Senado Federal, 2002.

MAUSS, Marcel. **O Ensaio Sobre a Dádiva - Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naif 2003.

MILHEIRA, R; DEBLASIS, P. O território guarani no litoral sulcatarinense: Ocupação e abandono no limiar do período colonial. In: **Rev. de Arqueologia Americana**, n.29, 2011.

NASH, D. “El turismo considerado como una forma de imperialismo”. In: SMITH, V. L. (coord.): **Anfitriones e invitados**. Madrid: Endymion, pp. 69-91. 1992.

OURIQUES, Helton Ricardo. Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 29, p. 55-68, 2007.

PANOSSO NETTO, A.; CASTILLO NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 120–144, 2014.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina: etnografia catarinense**. Fundação Cultural Açorianista, 1993.

PRONOVOST, G. A construção da noção de « turista » nas ciências sociais. In: **Revista Hospitalidade**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 159–169, 2019.

- PULMAN, Bertrand. “Por uma história da noção de campo.” In: **Cadernos de Campo**(16): 221-232. 2007.
- RIBEIRO, Fernanda B. Etnografias a jato. In: **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 85-8, 2010.
- RICHARDS, Greg. Turismo cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, P. de; CRUZ, G. da. **Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009. p. 25-48.
- SILVA, M. A. S. Cultura açoriana no contexto da cidade-mercadoria: da invisibilidade à mercantilização em Florianópolis-SC. In: **Caminhos de Geografia, Uberlândia**, v. 17, n. 59, p. 144 161, 2016.
- STEIL, Carlos A. O turismo como objeto de estudo no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim; VIANNA, Andyara. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- TURNER, Louis; ASH, John. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer**. Madrid: Endymion, 1991.
- URRY, John; LARSEN, Jonas. **O olhar do turista 3.0**. Edições Sesc SP, 2022.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel (Sesc), 1996.
- VIANNA, Luciano von der Goltz. “Antropologia à deriva ou os mil descaminhos para uma investigação que visa saber-menos sobre o outro”. In: **Trabalhos Completos Apresentados nos Seminários Temáticos da V Reuniao de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. v. 2 n. 2: - ST 7 – Pretensões disciplinares e desafios. 2015
- VIANNA, Luciano von der Goltz. **Fragmentos de pessoa e a vida em demência: etnografia dos processos demenciais em torno da doença de Alzheimer**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VIANNA, Luciano von der Goltz. **Paradoxos de uma ciência à deriva : o Hotel da Loucura e alguns modos de perder-se em uma pesquisa.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Florianópolis. 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O nativo relativo”. In: **Mana** 8(1), 2002, 113-148.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. In: **Revista brasileira de Psicanálise**, v. 44, n. 4, p. 15-26, 2010.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WOORTMANN, Klaas. Sobre a formação de antropólogos. In: **Anuário Antropológico**, v. 21, n. 1, p. 9-31, 1997.